



PROCESSO SELETIVO INTERNO - PMPI 2013

CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS



PROVA ESCRITA OBJETIVA

DATA: 25/08/2013 – HORÁRIO: 9h às 12h (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 40 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.
- Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com **tinta de cor azul ou preta**.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (a), (b), (c), (d) e (e); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE 03h (TRÊS HORAS).**
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **1h e 30min (uma hora e trinta minutos)** do início de sua prova.
- O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

PROCESSO SELETIVO INTERNO CABOS - PMPI 2013

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE

RASCUNHO	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

Leia o trecho da entrevista do Professor da USP, Marcos César Alvarez, concedida ao **Observatório de Segurança**, para responder às questões de 01 a 04.

OSP: Por que no Brasil há a persistência das violações de Direitos Humanos?

Marcos César Alvarez: *Acredito que a principal explicação encontra-se na fragmentação de nossa experiência democrática. Caracterizando-se por fortes hierarquias e desigualdades sociais desde a época da colônia – mas que foram sendo reproduzidas igualmente nos contextos do Império e da República –, a sociedade brasileira não conseguiu consolidar suficientemente suas instituições democráticas, com um passado de rupturas institucionais e não cristalização de valores igualitários no âmbito da cultura. Apenas com a redemocratização dos anos 80 do século XX, o país começou uma efetiva consolidação das instituições democráticas mas, paradoxalmente, num contexto de agravamento da crise econômica e social. Por exemplo, a partir dos anos 80 do século XX, houve um crescimento explosivo da violência, comum nos grandes centros urbanos, violência esta resultante sobretudo dos anos de descalabro institucional e de crescimento das desigualdades no âmbito econômico, promovidos pelo regime militar. Paradoxalmente, setores conservadores passaram a atribuir tais males à Democracia – e não ao nosso passado autoritário – e, sem dúvida, as instituições democráticas ainda não responderam de modo adequado aos desafios no âmbito penal e da segurança pública no país.*

(www.observatoriodeseguranca.org – Acesso em 14.08.2013)

01. As ideias defendidas neste trecho da entrevista do Professor Marcos César Alvarez sugerem que:
- a) a democracia brasileira consolidou-se plenamente, apesar das enormes desigualdades sociais.
 - b) as instituições democráticas, plenamente consolidadas, no Brasil, respondem de forma satisfatória aos apelos da sociedade no que diz respeito à segurança pública.
 - c) o crescimento explosivo da violência, a partir dos anos 80, impediu definitivamente a redemocratização do país.
 - d) crises econômicas e sociais contribuem para que a democracia seja consolidada em uma sociedade.
 - e) há uma relação entre o reconhecimento e o respeito aos direitos humanos e o estágio de consolidação das instituições democráticas numa sociedade.
02. A frase que resume de forma mais completa e adequada o ponto de vista do entrevistado, em sua fala, sobre o tema em discussão, considerando-se a pergunta que lhe foi feita, é:
- a) *Acredito que a principal explicação encontra-se na fragmentação de nossa experiência democrática.*
 - b) *(nossa experiência democrática) Caracterizando-se por fortes hierarquias e desigualdades sociais desde a época da colônia.*
 - c) *a sociedade brasileira não conseguiu consolidar suficientemente suas instituições democráticas,*
 - d) *Apenas com a redemocratização dos anos 80 do século XX, o país começou uma efetiva consolidação das instituições democráticas.*
 - e) *setores conservadores passaram a atribuir tais males à Democracia.*
03. Na construção da sua fala, o autor emprega a palavra *paradoxalmente* em dois momentos. Essa palavra, no texto, relaciona ideias que, entre si, indicam:
- a) uma condicionalidade
 - b) uma dependência
 - c) uma causalidade
 - d) um contra-senso
 - e) uma consequência

Trecho para a questão 04.

Paradoxalmente, setores conservadores passaram a atribuir tais males à Democracia – e não ao nosso passado autoritário – sem dúvida, as instituições democráticas ainda não responderam de modo adequado aos desafios no âmbito penal e da segurança pública no país.

04. Caso alteremos alguns aspectos estruturais no excerto acima, como, por exemplo, acrescentando **Se** logo no início do trecho e substituindo a forma verbal **passaram** por **passassem**, a outra forma verbal, **responderam**, assumiria, na variedade padrão da língua, a seguinte forma:

- a) *respondiam*
- b) *responderiam*
- c) *responderão*
- d) *respondessem*
- e) *respondem*

Leia, abaixo, um trecho de um artigo escrito por Carlos Fernando Priolli L'Apicciarella. Neste trecho, o autor apresenta fiel e literalmente a fala do Professor De Plácido e Silva.

Segurança Pública

Carlos Fernando Priolli L'Apicciarella
Delegado de Polícia

Diz o Professor De Plácido e Silva: "*Segurança: derivado de segurar, exprime, gramaticalmente, a ação e efeito de tornar seguro, ou de assegurar e garantir alguma coisa. Assim, segurança indica o sentido de tornar a coisa livre de perigos, de incertezas. Tem o mesmo sentido de seguridade que é a qualidade, a condição de estar seguro, livre de perigos e riscos, de estar afastado de danos ou prejuízos eventuais. E Segurança Pública? É o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão. A segurança pública, assim, limita a liberdade individual, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe vedada, não pode turbar a liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a*".

(WWW.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/. Revista eletrônica de ciências. Nº 20, julho de 2003. Acesso em 13.08.2013)

05. Neste trecho, o autor do texto completo, Carlos Fernando Priolli L'Apicciarella, recorre à fala de De Plácido e Silva. Em relação à maneira como essa fala é apresentada, é **CORRETO** afirmar que:

- a) as aspas constituem o único recurso que reproduz plenamente a fala de De Plácido.
- b) a organização sintática das frases indica que o texto foi, originalmente, elaborado por meio da linguagem oral.
- c) a linguagem utilizada é inadequada à explanação do conteúdo veiculado.
- d) as aspas e tipo diferenciado da fonte (itálico) indicam, plenamente, que a fala é de De Plácido.
- e) na verdade, temos a fala de De Plácido, reproduzida, mas alterada em algumas passagens, por Carlos Fernando Priolli L'Apicciarella.

06. Assinale a opção cujas palavras preenchem adequadamente os espaços.

Para falar de *segurança pública*, o autor recorre a _____, o que confere ao texto um caráter discursivo _____.

- a) exemplificações – formal.
- b) exposições – didático.
- c) definições – instrucional.
- d) exemplificações – didático.
- e) argumentações - formal.

Trecho para a questão 07.

*“A segurança pública, assim, limita a liberdade individual, estabelecendo **que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode turbar a liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a**”.*

07. No excerto, acima, o sentido que se verifica no trecho destacado remete à ideia que se observa na frase:
- a) “a lei é para todos”.
 - b) “o sol nasce para todos”.
 - c) “O nascimento desigual, mas a morte iguala a todos”. (www.frases.org e frases.org)
 - d) “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”.
 - e) “O meu direito começa quando termina o do outro”.
08. No excerto: *A segurança pública, assim, limita a liberdade individual*, a relação que se estabelece entre *liberdade* e *individual* é a mesma que se verifica entre:
- a) *coisa* e *livre* em: *de tornar a coisa livre de perigo*.
 - b) *ordem* e *pública* em: *que possa afetar a ordem pública*.
 - c) *livre* e *riscos* em: *livre de perigos e riscos*.
 - d) *garantir* e *alguma coisa* em: *garantir alguma coisa*.
 - e) *lhe* e *veda* em: *aquilo que a lei não lhe veda*.
09. Quanto às estruturas linguísticas e aos aspectos de sentido é **CORRETO** afirmar que:
- a) Em: “A segurança pública, **assim**, limita a liberdade individual,”, a palavra destacada, quanto ao sentido, indica uma explicação subsequente.
 - b) Em: “É o afastamento, por meio de organizações próprias,” a vírgula é usada para separar termos deslocados de sua posição original na oração.
 - c) Em: “**A segurança pública**, assim, **limita** a liberdade individual,”, a relação sintática que se estabelece entre os termos destacados é de sujeito e predicado.
 - d) Em: “estabelecendo **que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda,**” há uma relação de regência na qual utilizou-se inadequadamente a palavra “em” quando só poderia ser usada a palavra “para”.
 - e) Em: “**não pode turbar** a liberdade assegurada aos demais,”, a palavra destacada equivale, quanto ao sentido a **negar**.

Leia a tirinha, para responder à questão 10.

CAMBITO E SUA TURMA...



(WWW.cambio.com.br/tiras – Acesso em 14.08.2013)

10. Na tirinha, o efeito de sentido é proporcionado, contextualmente, pelo recurso linguístico verificado nas ocorrências de falas, por meio:
- a) dos sentidos múltiplos e variados que assume o verbo *queimar* (*queimo*) em cada uma das suas ocorrências.
 - b) da comparação entre as significações da palavra *um*, nas duas vezes em que aparece.
 - c) da recorrente fala na primeira pessoa *eu*, indicando a posição de diferentes locutores.
 - d) de expressões linguísticas que traduzem os sentimentos do locutor em relação àquele a quem se refere.
 - e) da expressão *tô*, bem mais comum a situações de interações linguísticas em situações informais.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

11. Marque a alternativa **CORRETA**, conforme a Constituição do Estado do Piauí.
- a) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Comandante Geral da PM, em tempo de paz, ou de Tribunal Especial, em tempo de guerra.
 - b) As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado são conferidas pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí e Comandante Geral do Bombeiro Militar, respectivamente.
 - c) A lei estabelecerá as condições em que o Praça perderá a graduação.
 - d) Direitos, deveres, garantias e vantagens dos servidores militares, bem como normas sobre admissão, promoção, estabilidade, limites de idade e condições de transferência para a inatividade serão estabelecidos em estatuto próprio, mediante lei estadual de iniciativa da Assembleia Legislativa do Piauí.
 - e) Ao policial militar é vedado apenas o direito de se sindicalizar.
12. Em relação à Segurança Pública na Constituição Estadual do Piauí é **CORRETO** afirmar que:
- a) O Sistema de Segurança Pública do Piauí é composto pela Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares e Guarda Municipal.
 - b) A Polícia Militar do Piauí e o Corpo de Bombeiros Militar do Piauí, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se juntamente com a Polícia Civil do Piauí, ao Governador do Estado do Piauí.
 - c) Os Municípios poderão constituir Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, desde que autorizado pelo Governador do Estado do Piauí.
 - d) A segurança pública, organizada sob a forma de sistema, será coordenada, supervisionada e controlada pelo Governador do Piauí, nos termos da lei vigente.
 - e) O exercício da função policial é privativo do policial de carreira, recrutado exclusivamente para esse fim, podendo pela necessidade especial, ser realizada seleção simplificada para preenchimento do cargo de Soldado PM.

13. Tomando como base a Constituição do Estado do Piauí, analise cuidadosamente as afirmações abaixo, e marque a alternativa **CORRETA**:

- a) As Guardas Municipais são órgãos policiais em nível municipal.
- b) À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, através da investigação policial; ao Corpo de Bombeiros Militar, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) A Polícia Militar somente poderá agir nos municípios conveniados com o Comando Geral da Polícia Militar do Piauí.
- d) A Polícia Militar do Piauí e o Corpo de Bombeiros Militar do Piauí estão vinculados, operacionalmente, ao sistema de segurança pública do Estado, devendo seguir as políticas e diretrizes baixadas pela autoridade competente, na execução das atribuições que lhes são próprias.
- e) O Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar podem ser exercidos por oficiais formados pelas Polícias Militares do Brasil, mas preferencialmente deverá ser um oficial do Exército, cujo nome tenha prévia aprovação do Ministério da Defesa.

14. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Piauí (Lei nº 3.808, de 16/07/1981) marque com **(V)** as afirmativas **VERDADEIRAS** e **(F)** para as **FALSAS**, e assinale, em seguida, a sequência **CORRETA**.

- I. Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.
- II. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.
- III. Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre Policiais Militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito da camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.
- IV. Posto é o grau hierárquico do Oficial, conferido por ato do Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí.
- V. O ingresso na Polícia Militar fica condicionado à aprovação em concurso público, que poderá ser regionalizado, com exames de conhecimentos, exame psicológico, exame de saúde, exame de aptidão física e investigação social.
- VI. A Polícia Militar do Estado do Piauí é subordinada administrativamente ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, bem como é uma instituição permanente, considerada força auxiliar e reserva do Exército, com organização e atribuições definidas em Lei.

- a) F, V, F, V, F, V
- b) V, V, V, F, V, F
- c) V, V, V, V, F, F
- d) V, F, V, V, V, F
- e) F, F, F, F, F, V

15. O Estatuto dos Policiais Militares regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos policiais militares do Estado do Piauí. Dentre estes direitos está a garantia ao policial militar com estabilidade assegurada, o poder de se candidatar a cargo eletivo e caso seja eleito incorrerá numa nova situação. Marque a alternativa **CORRETA** que corresponda a esta nova situação:

- a) Será licenciado ex-ofício com o vencimento integral de seu posto ou graduação, desde que conte com 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço policial militar.

- b) Será afastado das suas funções, em caráter temporário, e logo após o exercício de seu mandato retorna ao serviço ativo.
 - c) Será transferido para a reserva remunerada no ato de sua diplomação com remuneração integral independente de seu tempo de serviço.
 - d) O Policial Militar eleito será promovido ao posto ou graduação imediata, e após noventa dias será transferido para a reserva remunerada.
 - e) Será transferido para a reserva remunerada no ato de sua diplomação com remuneração proporcional a seu tempo de serviço.
16. Tendo como referência o Estatuto do Policial Militar do Piauí (Lei nº 3.808/1981), analise cada afirmação e marque a resposta **CORRETA**.
- a) A antiguidade do policial militar em cada posto ou graduação é contada a partir de sua inclusão, nomeação, promoção ou declaração.
 - b) Tempo de serviço é o tempo computado a partir da data de nomeação do policial militar, deduzido do período de formação.
 - c) Todo policial militar tem direito a 30 dias de férias, podendo ser suspensa a qualquer tempo pelo Comandante Geral da PMPI, independente de quaisquer condições.
 - d) As licenças especiais, bem como os períodos de férias gozados não contam como tempo de serviço.
 - e) No período de gozo de férias o Policial Militar não faz *jus* ao direito de quaisquer gratificações.
17. De acordo com a Lei nº 3.729, de 27/05/80, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do Estado do Piauí, é **CORRETO** afirmar:
- a) Destina-se a apreciar a incapacidade de todos os Praças, para permanecerem no serviço ativo, bem como, dos Aspirantes a Oficial e Praças reformados ou da reserva remunerada, de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.
 - b) A nomeação do Conselho de Disciplina, por deliberação própria ou ordem superior, será da competência do Governador do Estado do Piauí.
 - c) Ao acusado serão assegurados o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, tendo após, o interrogatório o prazo de 03 (três) dias para oferecer razões, por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o libelo acusatório.
 - d) Prescrevem-se em 05 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, os casos previstos nesta Lei.
 - e) Destina-se a apreciar a incapacidade dos Aspirantes a Oficial, Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados da Polícia Militar (ou Corpo de Bombeiros) do Estado do Piauí, com estabilidade assegurada, para permanecerem na ativa, bem como, dos Aspirantes a Oficial e dos demais Praças, reformados ou na reserva remunerada, de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.
18. De acordo com a Lei nº 3.729, de 27/05/80, o Conselho de Disciplina será composto de três (03) oficiais da corporação da Polícia Militar do Piauí. Ante ao exposto é **CORRETO** afirmar:
- a) Podem fazer parte do Conselho de Disciplina: o oficial que formulou a acusação, os oficiais que tenham, entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, até o quarto grau, os oficiais que tenham particular interesse na decisão do referido processo.
 - b) Poderá fazer parte do Conselho de Disciplina, excepcionalmente, como membro mais antigo, um oficial subalterno (1º Tenente), que será o presidente, a seguir em antiguidade será um 2º Tenente que atuará o

interrogante e relator e, outro 2º Tenente, desde que o mais moderno, que atuará no Conselho de Disciplina como escrivão.

- c) Podem fazer parte do Conselho de Disciplina, aspirantes e subtenentes, excepcionalmente, para atuarem como escrivães, desde que não tenham particular interesse na decisão do Conselho de Disciplina.
 - d) Como membro mais antigo do Conselho de Disciplina, no mínimo, teremos um oficial intermediário (Capitão), que será o presidente, o que lhe seguir em antiguidade será o interrogante e relator e, o mais moderno, o escrivão.
 - e) O Conselho de Disciplina será composto de três (03) oficiais e (01) praça graduado da corporação da Polícia Militar.
19. Quanto à esfera de ação do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí (Decreto nº 3.548/80, de 31/01/80) e competência para sua aplicação na Polícia Militar do Piauí, é **INCORRETO** afirmar:
- a) A competência para aplicar as prescrições contidas neste Regulamento é conferida ao grau hierárquico e não ao cargo.
 - b) Estão sujeitos a este Regulamento os Policiais Militares na Ativa e Inatividade.
 - c) A competência para aplicar as prescrições contidas neste Regulamento é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico.
 - d) Quando, para preservação da disciplina e do decoro da Corporação, a ocorrência exigir uma pronta intervenção, mesmo sem possuir ascendência funcional sobre o transgressor, a autoridade policial militar de maior antiguidade que presenciar ou tiver conhecimento do fato, deverá tornar imediatas e enérgicas providências, inclusive prende-lo “em nome da autoridade competente”, dando ciência a esta, pelo meio mais rápido, da ocorrência e das providências em seu nome tomadas.
 - e) No caso de ocorrência disciplinar envolvendo militares (Forças Armadas) e policiais militares, a autoridade policial militar competente deverá tomar as medidas disciplinares referentes aos elementos a ela subordinados, informando, pelos canais hierárquicos, sobre a ocorrência, as medidas tomadas e o que foi por ela apurada, ao Comandante Militar da Área.

20. De acordo como o Art. 56, do Decreto nº 3.548/80 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Piauí), de 31/01/80, são Recursos Disciplinares apenas:

- a) O pedido de reconsideração de ato, a queixa e a apelação administrativa disciplinar.
- b) A representação, o pedido de reconsideração de ato e a apelação administrativa disciplinar.
- c) O pedido de reconsideração de ato, a queixa e a representação.
- d) A representação, a queixa e a apelação administrativa disciplinar.
- e) A representação, a queixa, o pedido de reconsideração de ato e apelação administrativa disciplinar.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

21. São direitos individuais e coletivos previstos no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, **EXCETO**:

- a) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- b) Não caberá *habeas-corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- c) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- d) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- e) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

22. São princípios de obediência obrigatória pela Administração Pública, previstos expressamente no artigo 37 da nossa Constituição Federal.

- a) Moralidade, impessoalidade, razoabilidade, motivação e legalidade.
- b) Eficiência, legalidade, publicidade, impessoalidade e moralidade.
- c) Publicidade, legalidade, motivação, eficiência e razoabilidade.
- d) legalidade, eficiência, razoabilidade, supremacia do interesse público e impessoalidade.
- e) Impessoalidade, publicidade, supremacia do interesse público, eficiência e motivação.

23. Sobre o Estado de Necessidade é **CORRETO** afirmar:

- a) Pode ser alegado por profissionais que tem o dever de enfrentar o perigo, a exemplo de policiais, bombeiros e salva-vidas.
- b) No estado de necessidade é desnecessário o requisito da existência de perigo atual.
- c) Deve haver comparação de valores entre os bens jurídicos postos em perigo.
- d) No estado de necessidade, o autor da ilicitude poderia optar por outra conduta, para proteger bem jurídico próprio ou alheio, porém opta pela conduta que caracteriza a presença da excludente de ilicitude.
- e) Nesta excludente de ilicitude há conflito de interesses, vez que uma pessoa para salvar bem juridicamente protegido próprio ou alheio, sacrifica bem de outrem.

24. O homicídio “é o tipo central dos crimes contra a vida”, sobre ele é **CORRETO** afirmar:

- a) No homicídio, o bem jurídico tutelado é a vida extra-uterina.
- b) O mesmo não pode ser praticado em legítima defesa própria ou de terceiro.
- c) Uma das espécies de prova pericial do homicídio é o exame de lesão corporal.
- d) O homicídio qualificado não é considerado crime hediondo.
- e) As circunstâncias do crime de homicídio marcadas por motivo torpe e meio insidioso não são caracterizadoras do homicídio qualificado.

25. Abandono de Posto é crime propriamente militar de mera conduta, assim sendo, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Caracteriza-se, também, o crime de Abandono de Posto, se o militar afasta-se do lugar de serviço que lhe foi designado ou abandona o serviço que lhe cumpria executar.
- b) O crime de Abandono de Posto não é infração penal específica e funcional do ocupante de cargo militar.
- c) A substituição do militar, que deixou seu posto de serviço sem autorização da autoridade militar competente, por outro militar, exclui o cometimento do crime de Abandono de Posto.
- d) A infração penal militar de Abandono de Posto é um crime militar permanente, pois os seus efeitos se procrastinam ao longo do tempo.
- e) A consumação do crime de Abandono de Posto ocorre no momento em que o superior hierárquico do infrator constata a ausência do mesmo do seu posto de serviço.

26. O crime de Deserção tem por tutela penal o serviço militar, considerando a necessidade da Instituição Militar contar com o seu efetivo estabelecido em lei. Sobre essa infração penal militar é **CORRETO** afirmar que:

- a) O militar no desempenho de função de natureza civil pratica crime de Deserção.
- b) A Deserção é um crime impropriamente militar e instantâneo.
- c) Pratica crime de Deserção, o civil que aprovado em concurso público para o cargo de Soldado da Polícia Militar do Piauí, não comparece ao ato de sua incorporação.
- d) O prazo da graça é o divisor entre o ausente e o desertor. Antes do transcurso desse prazo o crime de Deserção não se configura, sujeitando-se o militar, se for o caso, apenas à sanção disciplinar.
- e) O sujeito ativo do crime de Deserção pode ser inclusive, um militar na reserva remunerada ou reformado.

27. São atributos do Ato Administrativo.
- Sujeito, objeto, forma, finalidade e motivo.
 - Imperatividade, sujeito, tipicidade, objeto e presunção de legitimidade ou de legalidade.
 - Presunção de legitimidade ou de legalidade, imperatividade, auto-executoriedade, exigibilidade e tipicidade.
 - Auto-executoriedade, finalidade, objeto, exigibilidade e motivo.
 - Presunção de legalidade ou de legitimidade, auto-executoriedade, sujeito e imperatividade e motivo.
28. De conformidade com a Lei 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, marque a opção **INCORRETA**.
- As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.
 - Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
 - Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - Obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
 - São modalidades de licitação a concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
29. Considerando os princípios dos Direitos Humanos, analise cuidadosamente as alternativas a seguir e marque a **INCORRETA**.
- Toda pessoa acusada de um delito será presumida inocente até que seja provada de que é culpada de acordo com a lei.
 - A legalidade, a proporcionalidade e a necessidade são os princípios básicos para a utilização da força e da arma de fogo.
 - Não há situações em que a tortura pode ser legal, salvo em caso de emergência pública.
 - Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem cumprir, a todo o momento, o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer.
 - Toda pessoa terá direito a um julgamento justo e público por um tribunal competente, independente e imparcial.
30. Leia e interprete o Art. 227, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, e marque a alternativa **INCORRETA**.
- “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.
- Não é dever do aplicador da lei oferecer proteção a crianças e adolescentes infratores da lei, que estejam sob sua custódia.
 - As crianças e adolescentes precisam de cuidados e proteção especiais, sendo dependentes da assistência dos adultos.

- c) As crianças e adolescentes têm os mesmos direitos e liberdades dos adultos. As regras especiais propiciam proteção adicional a esse grupo vulnerável.
- d) A constituição brasileira concentra-se em assegurar as melhores condições às crianças e adolescentes, buscando protegê-los contra o abuso, a negligência e a exploração.
- e) A infância é o momento da vida no qual se estrutura a pessoa. Nesta etapa da vida a criança se abre ao mundo e pode começar a se formar nos valores e nos direitos humanos.

CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

31. A Segurança Pública tem se modificado muito com o passar do tempo, a própria atuação policial tem se adequado ao regime político vigente. Assim, considerando o preâmbulo apresentado, identifique **(V)** para as afirmativas verdadeiras e **(F)** para as falsas, e ao final marque a alternativa com a sequência **CORRETA**:

- I. A Segurança Pública é uma atividade caracterizada somente pela ação policial.
- II. A Segurança Pública deve ser focada na repressão ao crime, sendo a prevenção de responsabilidade exclusiva da SASC, no âmbito do estado do Piauí.
- III. A Segurança Pública é uma política pública, consubstanciada pela ação estatal e comunitária, em parceria, que objetiva prevenir e enfrentar a violência criminal, nas suas diversas manifestações e dimensões, principalmente garantindo o acesso à cidadania plena, no âmbito de suas competências, através das instituições policiais e a comunidade como um todo, pois é elemento essencial para manutenção da Ordem Pública.
- IV. Segundo a Constituição Federal do Brasil a responsabilidade da Segurança Pública é exclusiva do Estado.
- V. Os movimentos sociais devem ser reprimidos, pois atentam contra a ordem pública, conforme se pode verificar nas últimas manifestações ocorridas em todo Brasil.

- a) V, V, V, V, V
- b) V, F, V, F, V
- c) F, F, V, V, F
- d) F, F, V, F, F
- e) F, F, F, V, V

32. A Violência, a Criminalidade e a Segurança Pública envolvem uma abordagem interdisciplinar e transversal, haja vista a complexidade dos temas, assim, não se deve incidir na armadilha midiática da simplificação dos fenômenos sociais citados, desta forma, analise e marque com **(V)** as afirmativas Verdadeiras e **(F)** as Falsas, e em seguida marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, em relação às Políticas de Segurança Pública brasileira.

- I. Todo crime é um tipo de violência, mas nem toda violência é crime.
- II. Para mudar é preciso aplicar políticas públicas eficazes, eficientes, efetivas, e articuladas – com especial ênfase na prevenção -, intersetoriais e criativas que focalizem com prioridade os jovens vulneráveis e interceptem as dinâmicas geradoras da violência, como o tráfico de drogas, mal que devasta a sociedade brasileira, principalmente os jovens.
- III. Políticas de Segurança Pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial “strictu sensu”, ou seja, tipicamente policial.
- IV. Políticas Públicas de Segurança é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência, como: iluminação pública, saneamento básico, esporte, lazer, educação, renda, etc.
- V. Políticas Públicas são as diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado de vontade e as ações desenvolvidas.

- VI. A estratégia mais eficiente no combate à criminalidade é o aumento de efetivo, aquisição de armamento e viaturas para a Polícia Militar do Piauí.
- VII. A base da gestão em Segurança Pública deve ser o homem/mulher (policial), a motivação e o planejamento estratégico, que devem guiar as Políticas de Segurança Pública brasileira.

- a) V, V, V, V, V, V, V
b) V, F, V, F, V, F, V
c) F, F, F, F, F, V, V
d) V, V, V, V, V, F, V
e) F, V, V, V, V, V, V

33. [...] o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido. [...] O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil**, 2007, p.08). No contexto da Segurança Pública a categoria cidadania é muito importante, assim, analise as afirmações a seguir e identifique (**V**) para as afirmativas Verdadeiras, e (**F**) para as Falsas, e ao final marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, tendo como base um Estado Democrático de Direito Social:

- I. A política centralizadora se traduz pela tentativa de homogeneização da sociedade, o que é impossível, em virtude da pluralidade humana. A centralização faz com que as propostas venham de cima para baixo, e essa é uma tradição das políticas sociais no Brasil.
- II. As Políticas Públicas ainda hoje não são acessíveis a toda a população, negando, assim, o exercício pleno da cidadania. As comunidades mais carentes de Teresina vivenciam as dificuldades de ações governamentais que priorizam pequenos segmentos da sociedade, detentores do poder político e econômico, o que no caso da Segurança Pública fica patente quando da “priorização” do policiamento ostensivo (preventivo) nas áreas denominadas de “nobres”, principalmente no período de fim de ano (Natal e *Reveillon*).
- III. No Estado Democrático de Direito cada vez mais é preciso a participação da sociedade civil nas questões de interesse social, torna-se inevitável a abertura do debate sobre a Segurança Pública como condição de acesso à cidadania plena.
- IV. Em uma perspectiva democrática, quanto mais atores sociais ou institucionais fizerem parte do curso político, mais amplo ele será, sendo a política pública o resultado das relações estabelecidas entre eles. Desta forma, a Segurança Pública, segundo o Art. 144, da Constituição Federal é uma Política Pública.
- V. Entende-se por Controle Social a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das Políticas Públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.

- a) V, V, V, V, F
b) V, V, V, V, V
c) V, V, V, F, F
d) V, V, F, F, F
e) V, F, F, F, F

34. Em relação à doutrina de Polícia Comunitária, identifique a alternativa **CORRETA**.
- a) A Polícia Comunitária deve ser trabalhada principalmente na mídia, através da imprensa, pois representa um ótimo marketing para a Corporação.
 - b) A eficácia policial é medida pelo número de prisões realizadas no menor espaço de tempo, ou seja, é o tempo resposta.
 - c) As visitas domiciliares do BPCOM são um bom exemplo da atuação da PM no contexto da filosofia de Polícia Comunitária.
 - d) O *accountability*, como controle social e transparência, deve ser prestado apenas para o superior hierárquico do policial.
 - e) A verdadeira Polícia Comunitária deve priorizar o aspecto repressivo em detrimento da ação preventiva, atuando verdadeiramente como polícia.
35. No século de XIX, em 1829, o Primeiro Ministro Inglês Sir Robert Peel, tendo por base a Polícia Francesa, criou a Real Polícia Metropolitana de Londres, tida por vários autores como a primeira organização policial moderna, estabelecendo os princípios para regê-la, todos em sintonia com a filosofia de Polícia Comunitária. Com base nessa informação, identifique a alternativa com a sequência **CORRETA**, identificando **(V)** para as afirmações Verdadeiras e **(F)**, para as falsas:
- I. O uso da força pela polícia é necessário para manutenção da segurança, devendo agir em obediência à lei, para restauração da ordem, e só usá-la quando a persuasão (verbalização), conselho e advertência forem insuficientes.
 - II. A missão básica da polícia é reprimir o crime, identificando seus autores e responsabilizando-os.
 - III. O nível de cooperação do público para desenvolver a segurança pode contribuir na diminuição proporcional do uso da força.
 - IV. A Polícia deve esforçar-se para manter constantemente com o povo, um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo e o povo é a polícia.
 - V. A Polícia representa o braço armado do Estado, devendo sempre agir com força para restaurar a ordem pública.
 - VI. A Polícia deve focar todos os seus esforços em adquirir mais equipamentos, Armamentos, Viaturas e aumentar seus efetivos.
- a) V, V, V, V, V, F
 - b) V, F, V, F, V, F
 - c) V, F, V, F, F, F
 - d) F, V, F, F, V, F
 - e) V, F, V, V, F, F
36. O comandante de uma guarnição policial militar recebeu uma *notitia criminis* com determinação de atendimento de ocorrência difundida pelo COPOM, todavia você policial militar na função de comandante, obviamente deverá colher todas as informações sobre o acontecimento e, posteriormente repassá-la aos demais policiais, assim exaurindo a dúvida sobre a função de cada policial militar empregado na ação. **Assinale a alternativa que apresenta as fases da abordagem.**
- a) conter, evacuar e planejar.
 - b) motivação da abordagem, plano de ação e preparação mental.
 - c) conter, preparação mental e ratificação da suspeição.
 - d) motivação da abordagem, pensamento tático e execução.
 - e) execução, planejamento mental e plano de ação.

37. A Busca Pessoal é aquela executada exclusivamente em pessoas. Nesse sentido, você policial militar sendo o sujeito ativo da busca pessoal poderá exercitar nas seguintes condições, **EXCETO**.
- a) quando for discricionária a ação de abordar e efetuar busca pessoal indiscriminadamente em todas as pessoas.
 - b) no caso de prisão.
 - c) quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo: instrumento ou produto do crime.
 - d) quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo: elemento de prova.
 - e) quando for determinada no curso de regular busca domiciliar.
38. A abordagem a pessoas envolve um conjunto ordenado de ações policiais para se aproximar de um ou mais indivíduos, quando houver fundada suspeita da prática de delitos, a fim de minimizar os riscos de perigo, ratificar ou não a ação delituosa, com intuito de impedir abuso, visando o bem comum. Nesse sentido, é correto afirmar, **EXCETO**.
- a) o ato de abordar é discricionário, desde que respeitado os limites da Lei, pois a finalidade precípua é o bem comum.
 - b) o policial militar ao encontrar o ponto de foco, deverá conter, isolar e controlar.
 - c) constatado indício de crime, estando tudo em ordem, os documentos são devolvidos e o policial deverá liberar o abordado.
 - d) o policial militar deverá estar apto para avaliar e responder adequadamente às ameaças que poderá enfrentar durante uma abordagem.
 - e) a verbalização é determinante para que o abordado se posicione no lugar e na posição indicada.
39. Sendo o Policiamento Ostensivo uma atividade dinâmica de polícia ostensiva, que obedece a características, princípios e variáveis próprias, objetivando satisfazer as necessidades básicas das comunidades e do cidadão. Marque a alternativa que apresenta somente princípios do policiamento ostensivo.
- a) universalidade, dinâmica e coordenação das ações.
 - b) antecipação, aplicação e continuidade.
 - c) isenção, inviolabilidade e conhecimento da missão.
 - d) aplicação, relacionamento e ação pública.
 - e) profundidade, efetividade e planejamento.
40. A doutrina policial nos ensina que uma abordagem segura, no aspecto efetivo, deve contar com três policiais para cada abordado. Assim, assinale a alternativa correta em relação à abordagem policial.
- a) Na abordagem a edificação as portas devem ser transpostas sem cuidado, sendo desnecessária, a utilização de espelhos ou técnicas de tomada de ângulo.
 - b) Na transposição de obstáculo, como muro, deve ser rápida, sempre na posição totalmente em pé, desprovido da presença de cobertura no momento.
 - c) Na abordagem o veículo “carro”, ao aproximar-se de um veículo, o policial deve procurar fazê-lo pela retaguarda, sem aproveitar o ângulo morto proporcionado pelas colunas traseira do veículo abordado, sempre se posicionando totalmente em frente à janela e desatento aos acontecimentos no interior do veículo.
 - d) No princípio da unidade de comando todos os policiais da equipe devem comandar a abordagem e dar as ordens, pois a emissão de ordens ao mesmo tempo evita confusão e não prejudicará a ação policial.
 - e) No princípio da ação vigorosa o policial deve neutralizando o menor esboço de reação, evidenciando a importância de fatores psicológico, a postura e a conduta, como inibidores de uma possível reação.